

Gazeta do Sertão

ASSIGNATURAS.

Na Comarca

Anno..... 6\$000

Semestre..... 3\$500

Numero avulso... 160

Pagamento adiantado.

Publicações por ajuste.

Orgão Democrata.

Publicação semanal.

DIRECTORES: - I. Joffly e F. Retumba.

Typographia e escriptorio — à "Praça Municipal" n.º 24.

ASSIGNATURAS.

Fôra da comarca e províncias.

Anno..... 7\$000

Semestre..... 4\$000

Pagamento adiantado.

Tiragem 1:200 exemplares.

Campina-Grande, Sexta-feira, 31 de Maio de 1889.

EPHEMERIDES.

Almanak

Maio (tem 31 dias.)

Domingo.	Segunda-feira.	Terça-feira.	Quarta-feira.	Quinta-feira.	Sexta-feira.	Sabado.
..	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	..
..

PHASES DA LUA.

Cresce. a 8 -cheia a 15 -ming. a 21 -nova a 29.

GAZETA DO SERTÃO

CAMPINA-GRANDE, 31 DE MAIO DE 1889.

O Barão de Abiahy.

Em uma de nossas edições passadas expendemos algumas ligeiras considerações sobre a funesta administração interina do Ex.^{mo} Barão de Abiahy.

Não podendo com decencia defendel-o das accusações gravissimas que articulamos contra S. Exc.^a, accusações de tal ordem justas e merecidas que achariam echo na opinião publica, veiu a terreno o «Jornal da Parahyba» cada vez mais confimal-as e collocar em posição cada vez mais falsa o vaidoso vice-presidente que na hora actual dirige os destinos da provincia, tão digna de ver-se livre dos cuidados, amor e dedicação de S. Exc.^a.

Lastimamos nos não ser absolutamente possivel accoitar qualquer discussão com o orgão presidencial; porquanto, baldo de argumentos, só pode recorrer a uma grave transgressão das regras da imprensa para encontrar algumas palavras banaes a produzir em favor do advogado administrativo que ora senta-se, em situação tão pôdre, na cadeira da primeira autoridade da provincia.

Quando as accusações que dirigimos ao Ex.^{mo} Barão de Abiahy, e que hoje repetim os com maior energia ainda, visto como de dia

a dia peiora a administração de S. Exc.^a, foram decentemente lançadas em artigo de fundo, que não é obra de individualidade alguma, mas simples reflexo do que pensam os homens sensatos e independentes, procura o *jornal sustentado pelos cofres publicos* chamar a questão para o lado pessoal e atira invectivas contra um dos redactores desta folha, como se com o autor daquelle artigo a que nos referimos não estivesse de accordo a opinião publica imparcial!

Bem vemos que o articulista pretende justificar os actos do ingrattissimo filho que possui a provincia, citando a opinião que, sobre sua administração, tem formado a imprensa neutra e liberal da capital.

O proprio Barão de Abiahy, porem, será o primeiro a confessar no intimo de sua consciencia que a imprensa neutra da capital pertence a mesma escola do «Jornal da Parahyba»: voluntariamente esquece-se dos interesses da provincia para só escutar necessidades de outra ordem; ao passo que a imprensa liberal, guiada por vagas recordações de favores passados e presentes, diariamente tem se desviado de sua santa missão, a ponto de já não encontrar mais um só liberal de brio que não a haja repudiado no fóro de sua consciencia.

O artigo governista teve um merito: o de deixar bem claro qual a situação obrigada da imprensa neutra e liberal da capital, qual a sua verdadeira orientação de ideias.

Não é defeza, pois, invocal-a; sim accusação: a unanimidade com que defende essa imprensa os actos ineptos do Ex.^{mo} Barão é a prova a mais concludente da corrupção que S. Exc.^a tem exercido e continuará a exercer em torno de si.

Bom proveito lhes faça a todos.

Assim, pois, estamos resolvidos a apreciar livremente os actos da administração do Ex.^{mo} Sr. Barão de Abiahy e, nesse proposito, iremos tão longe quanto nos permittir o amor que temos á pobre patria; em qualquer caso, porem, não abriremos polemica com imprensa irresponsaveis.

Eis-nos, pois, em posição definida.

Situação politica.

Tudo entre nós se vai desmoronando: tudo cahindo em ruinas.

Seja qual for a natureza das instituições porque um paiz é governado, monarchias ou republicas, a boa marcha dos negocios publicos depende essencialmente de tres condições tão indispensaveis que, não existindo ellas, em lugar de um governo regular, a anarchia impera, ella tão somente, com seu triste cortejo de injustiças, atrocidades, escandalos e desmoralisação em elevado grau.

Essas tres condições a que nos referimos são: obediencia á lei, sinceridade nos actos da administração, respeito ás praticas governamentais, instituidas pelos antepassados e de tal modo infiltradas na alma da nação, que já haja passado ao estado de verdadeiro costume nacional.

Precisamos definir mais de perto qual seja esse costume nacional que, nos paizes de regimen parlamentar, como se diz que é o nosso, impõe-se terminantemente, adquire quasi os foros de lei.

Segundo nossa constituição politica, o ministerio é o poder especialmente encarregado de applicar e fazer cumprir as disposições votadas pelo povo, de que são representantes os senadores e deputados; depois de haverem ellas sido convertidas em leis pela apposição do *placet* imperial.

Para a execução dessas leis compete ao ministerio confeccionar regulamentos e nomear os agentes que julgar necessarios e, uma vez nomeados, dimittil-os ou removel-os, segundo o grau de capacidade que nelles encontrar.

Ao povo, porem, isto é, ao parlamento, fica salvo o direito de fiscalisar os actos do poder executivo, examinando si as leis estão sendo bem interpretadas, bem executadas, si os agentes encarregados dessa missão difficilissima são habilitados ou os mais proprios, si as medidas resultantes da applicação de uma lei estão sendo tomadas na devida consideração, taes como economias dos dinheiros publicos, a justa cobrança dos impostos, a celebração de contractos, rescisão destes, etc.

Do exercicio dessa fiscalisação por parte do povo, cujo resultado é manifestado pela imprensa ou tambem, como já vimos, pelo parlamento, deduz-se si os ministros merecem ou não a confiança do paiz, si acham-se na altura do elevado posto que occupam.

Essa confiança da nação traduz-se annualmente pela attitude da camara dos deputados, que recusa apoio ao ministerio ou sustenta-o, segundo julga que a direcção dos negocios publicos foi mal ou bem encaminhada.

Desde que, pois, a camara dos deputados nega apoio a um ministro ou ao ministerio, a conclusão logica é que esse ministro ou esse ministerio deve retirar-se immediatamente.

Tal tem sido, com effeito, a praxe neste paiz, desde a epoca de sua independencia, bem como a de todas as nações regidas pelo *systema* parlamentar.

Nessas condições, é-nos licito perguntar si é correcta a attitude do ministerio 10 de Março, que, condemnado pela imprensa, condemnado por grande

maioria de seu proprio partido, condemnado igualmente acaba de sel-o e com toda solemnidade, não só pelo senado, como pela propria camara dos deputados.

Nunca neste imperio a lei tem sido tão violentamente calcada aos pés como nos tempos actuaes em que governa o sr. João Alfredo: quasi pode dizer-se que a lei é a vontade do sr. presidente do conselho.

Os agentes que o sr. João Alfredo tem escolhido para applicar as disposições legislativas, não têm sido nomeados pelas suas habilitações, nem por qualquer outra sorte de merecimentos; mas sim por serem tão somente membros da familia ministerial: jamais subiu a tão alto ponto o escandalo do filhotismo.

E quando, nessa situação calamitosa, reune-se o poder supremo da nação, quando do exame do estado financeiro do paiz, bem como de todos os ramos da administração publica, resulta, sem excepção alguma, a prova cabal de impericia e desmoralisação, e lavra o parlamento a sentença final, expellindo os ministros do elevado posto, que não sabem occupar, estes exclamam com toda audacia: não sahiremos!

Que a camara despediu o ministerio, prova-o a insignificante maioria de 4 votos que este teve em seu favor: não pode dirigir uma nação uma reunião de homens que só é sustentada por 4 individuos, esses mesmos que, aliás, no dia seguinte, negaram-lhe apoio.

Com effeito, a commissão de inquerito que requerem o deputado Alfonso Celso, sobre os actos administrativos do ministerio João Alfredo, nada mais significava, nem podia significar, do que uma moção de desconfiança contra aquelle gabinete, no intuito de nullificar qualquer fugitiva esperanza que podesse inspirar a pequena maioria que o ministerio realison por occasião da eleição da meza.

Pois bem, o requerimento do illustre deputado, ou antes, a moção de desconfiança, foi acccita e nomeada a commissão de inquerito!

Onde a maioria de 4 votos? Tem vida esse ministerio, que é assim excepcionalmente chamado a prestar contas a uma commissão de inquerito, da mesma forma que ao caixeiro relapso ordena que o faça o patrão?

E a tudo isso o sr. João Alfredo acquiesce da melhor boa vontade, ao que parece.

Falta-lhe senso commum ou medita o grande estadista desconhecido algum golpe de estado?

Seja como for, o ministerio, querendo impor-se ao paiz, apesar de ja lhe ter dito a camara que não tem nelle confi-

ança, acha-se em uma situação revolucionaria, que pouco pode durar.

Já se diz que a sorte do ministerio João Alfredo está ligada a das instituições: si assim é, só nas ruas será decidida a contenda.

Para que, pois, demorar o ultimo acto da comedia? não basta o que já tem perdido o paiz?

Aonde querem levar-o?

A nação precisa saber-o, e quanto antes.

CORRESPONDENCIAS.

PARAHYBA, 25 DE MAIO DE 1889.

De novo vamos dar-lhes noticias desta capital, que vai atravessando na época actual uma das quadras mais tristes de que ha exemplo.

Agora é a secca que domina todos os espiritos e, annunciando-nos um futuro aterrador, nos acabrunha por demais e enche-nos de apprehensões graves.

E tanto mais nos afflige esta situação dolorosa quando é certo que o governo imperial, levando á altura de um principio a maior indifferença pelo estado calamitoso das provincias do norte, só tarde e a más horas acode em nosso soccorro, principalmente quando a provincia flagellada tem a infinda desgraça de chamar-se Parahyba do Norte.

Uma prova dessa indifferença, senão negligencia criminosa, é o facto inerivel de ser conservado por tanto tempo na administração da provincia um cidadão que por todos os motivos della devia achar-se arredado.

Ninguém ignora quaes os compromissos que pode contrahir um chefe de partido da qualidade do sr. Barão de Abiahy; é, pois, intuitivo, que não devia ser elle lembrado para ficar á frente da administração de uma provincia, onde a secca vai abrir caminho para interminavel serie de absurdos e abusos, que mais contribuirão para seu atrazo do que para seu progresso.

O exemplo, temol-o diante dos olhos. Debalde tem a *Gazeta do Sertão* clamado contra a desidia da administração que nada fez em tempo, absolutamente nada, para prevenir os tristes effeitos da secca que ha tanto tempo se annunciava.

Mas agora que os retirantes chegam em massa, agora que apenas pode-se suavisar os rigores do mal, sem nada impedir, é que a administração desperta e mostra-se sollicita e atarefada, tão somente porque percebeu que das circumstancias podia tirar excellente partido para fins politicos e bem estar dos amigos e parentes.

Não combatemos a distribuição de soccorros aos famintos que, infelizmente, é uma necessidade publica; o que não queremos é a reprodução dos escandalos que se têm dado em annos anteriores, ficando ricos de um momento para outro membros de commissão que absolutamente nada possuíam.

Esta calamidade é a que está acontecendo actualmente e avolumar-se-ha por sem duvida, á medida que forem crescendo as necessidades publicas e maior facilidade se for encontrando, no atropello que ellas causam, para plantar-se o dominio dos tribofes e dos engazopamentos.

Tudo nos leva a crer que predominou na organização das listas de commissões de soccorros unicamente o elemento partidario, o desejo manifesto de offerecer-se pepineiras a amigos do peito que, sem necessidade alguma para o serviço publico, já bem bons ordenados percebiam dos cofres provinciales.

Para prova do que dizemos, haja vista a commissão escolhida para esta capital, no seio da qual nota-se como membro principal o major Francisco Pinto Pessoa, actual commandante do corpo policial, com o vencimento mensal de 200\$000 rs., além do que lhe rendem as economias do quartel e or-

denado militar respectivo.

Todos conhecem o major Pinto Pessoa e ninguém o azensa de inapto para a commissão de que se trata; mas S. S.ª já é empregado do governo e a outros mais necessitados e de igual capacidade, que os ha sem duvida, cabia de direito cargo semelhante, a admittir-se o caso, bem entendido, de haver remuneração pecuniaria pelo simples facto de distribuir soccorros e esmolas á população soffredora.

Outro ponto que tem despertado a animosidade publica e a censura de todos é a protecção desenfreada que tem merecido da administração o dr. José Lopes da Silva, medico militar, em cujo caracter percebe já vencimentos elevados.

Para enchê-lo de dinheiro, despojaram a camara municipal de seu direito legitimo de cuidar da limpeza das ruas e saneamento da cidade, passando o sr. dr. José Lopes a exercer essas funcções, bem como as de engenheiro encarregado do calçamento desta infeliz terra.

No desempenho dessa commissão tem S. S.ª commettido erros monstruosos e provocado queixas e protestos por parte da população sensata da capital.

Não ha muitos dias mandou S. S.ª remover o lixo que ha ao lado da estação do Varadouro e cortar o mangue que existe nessa parte da cidade.

O corte de mangues, acha-se theorica e praticamente provado, é uma das causas principaes das febres de máo caracter que por vezes têm apparecido nesta capital: que o digam os engenheiros da estrada de ferro Conde d'Eu.

Contra as medidas sanitarias do dr. José Lopes, sobretudo contra o corte de mangues, tem energeticamente protestado o dr. José Evaristo, medico da hygiene publica, que já não sabe o que fazer contra os desmandos do director das *altas engenharias hydraulicas*, como elle proprio diz em referencia áquelle seu collega.

O encanamento feito na rua da Areia para receber as aguas provenientes de todas as ruas que deitam para aquella, a cuja construcção presidiu ainda o dr. José Lopes, é cousa phenomenal: mede 1 palmo quadrado no interior, pouco mais ou menos, exactamente como o cano de esgoto de qualquer cozinha.

E o que se gasta nisso, santo Deus! E o dr. José Lopes percebe para essas grandiosas emprezas a gratificação mensal de 300\$000 rs.!

O dr. Justa Arango, engenheiro fiscal da estrada de ferro, com um ordenado de primeira ordem, tem mais de 1:000\$000 rs. por mez de gratificações, que são classificadas por cada obra que se faz; assim por exemplo: tem um tanto pelo esgoto do rio Jaguaribe, um tanto pelo kiosque do jardim publico, um tanto pelo serviço de canos na rua do Barão da Passagem, canos na coxia de calçamento da mesma rua, sem proveito e utilidade, porque nunca hão de dar o resultado desejado de esgoto prompto.

Ha em andamento os calçamentos da rua da Conciliação, das ladeiras da Matriz e Goes e, entretanto, não ha pedras sufficientes nem para uma rua! É um desperdicio completo o que se vê; não ha methodo, ordem e economia em serviço algum, tudo entregue a apontadores ignorantes e sem pratica.

A thezouraria de fazenda já se está enfadando com a entrega de dinheiros e exige prestação regular de contas, em virtude de novas ordens do Thesouro Nacional; mas nada obsta aos especuladores.

No estado faminto em que se achá a capital e o centro, elevados os preços dos generos de primeira necessidade, era medida acertada mandar vir do exterior farinha, carne, milho, etc. a preços baixos.

Essa providencia foi, com effeito, to-

mada; a administração, porem, em lugar de dirigir-se para esse fim a negociantes apropriados e entendidos no assumpto, celebrou um contracto para o fornecimento de taes generos com um cidadão, homem sem duvida de criterio, mas dedicado inteiramente a outro genero de negocio.

Dizem as más linguas que vai nisso um tribofe da administração, affim de ser pago o negociante em questão de sommas adiantadas para a ultima eleição do dr. Anísio.

Além do que fica exposto, forgicam outros contractos que, pouco a pouco, vão pondo em pratica!

Entretanto, para os retirantes que vão chegando, o unico trabalho que se dá é arrancar capim nas ruas da capital!

É vergonhoso, é tristissimo e deponente o que se está passando.

Mas, desde que é o Barão de Abiahy que se acha á frente da administração, nada disto é de estranhar; antes devemos esperar muito mais ainda.

A imprensa é silenciosa sobre todos esses pontos; porque, tanto a neutra como a liberal está convenientemente arrolhada; a população, porem, vai exercendo o seu direito de critica como entende; até grande numero de correccionarios do sr. Barão o censuram e delle mofam-se.

Convem citar-lhes uma scena comica que, sobre semelhante ponto, se passou em um dos hoteis desta capital: cita-mol-a por haver sido protagonista deila um chefe conservador dessa localidade.

Referimo-nos a um brasileiro de carregação que ali vive e que passou aqui ultimamente alguns dias.

Já se sabe que conservador d'ahi na capital só se entende com o dr. Trindade; este, porem, faz opposição pela imprensa á administração actual; e como conseguir os favores de que necessitava o tal brasileiro lhe dispensasse o nobre barão de Abiahy?

Com pouco se embarça o dr. Trindade; elle, é verdade, está em opposição, mas outro tanto não acontece a seus agentes.

E a seus conselhos lá foi o nosso homem a palacio.

Se alcançou o que queria, não sabe-mol-o com certeza e nem isso importa ao caso: a scena de hilaridade que depois elle provocou cá fora é que merece ser narrada e apreciada.

No hotel da Europa o tal agente do sr. dr. Trindade contou perante muitas pessoas parte da conversação que com S. Ex.ª teve, criticando-lhe com a maior mordacidade a vaidade com que o nobre barão fallou-lhe de sua administração; o que forneceu bons momentos de distração aos circumstantes!

Vai essa apreciação de um conservador por parecer imparcial.

E com ella fechamos a presente, já demasiado longa.

Scripto.

ARTOS E ENTERRAS.

Um passeio de trinta legoas

SUMARIO:

Partida.—Pocinhos—Os rios Santa Rosa e Santa Clara.—Perdidos em uma catanga.—A fazenda Pendencia.—Serra do Borges.—Pousada em uma fazenda dos Carcarás.—O rio Mucuitú.—A villa do Batalhão, seu aspecto, tradição historica.—Estado desta parte do Cative.—Excursão ao Pico.—Uma casa forte no alto da montanha.—1500 metros acima de oceano.—Descrição parcial do territorio parahybano.—Volta.—Animaes procurando a protecção do homem.—Seis surdos-mudos em uma casa.—Chegada.

(Continuação.)

Fortalecido, não tanto pelas palavras animadoras dos meus guias, como pelo grande

desejo de levar ao fim a minha excursão, fui subindo pouco a pouco, parando frequentes vezes para tomar folego até que alcancei o cimo da enorme rocha.

Langando a vista para o seu flanco, que acabava de percorrer, estremecei, pensando na volta, por parecer-me que a descida seria mais perigosa.

Procurei entretanto afastar esse pensamento. Ergui-me e contemplei o maravilhoso panorama que tinha diante de mim.

Instintivamente fitei o oriente, que é a direcção, onde fica Campina. Não podia vê-la á olhos nús; mas julguei ver os elevados terrenos de suas immedições, conhecidos pelos nomes de Serra de Joaquim Vieira e Jequitáia. A direita no primeiro plano do magestoso quadro, a serra de Algodões, á 18 legoas, e além, no segundo plano, o Catirité, á 25 legoas de distancia.

Ao sul, a serra Sucurú á 15 legoas e por detraz della os contrafortes da de Mogiquy, perto da villa do Monteiro; e ao sudoeste os planaltos, que dividem as aguas dos rios Parahyba e Pajelú.

Ao poente a elevada serra da Jabro á 14 legoas.

Ao norte o longo cordão da serra d'Abra, semelhante a uma gigantesca muralha; e a noroeste as serras: Preacas com seus agudos cimos, imitando o instrumento cymnetico de que tira o nome; Flamengo, ambos á pequena distancia, Branca, no sertão de Espinharas, e Negra, além, já na provincia do Rio Grande do Norte.

Era nesta direcção que a portentosa tela da natureza se mostrava grandemente pitoresca e em toda sua magestade. As montanhas succedem umas as outras, divididas por valles profundissimos. A serra d'Abra correndo de nascente a poente cae perpendicularmente sobre a de Flamengo que corre de sul a norte. Por detraz dellas parecendo superpostas apparecem as outras, Preacas, Branca e Negra.

Do meu observatorio abarcava com a vista as extremas da Parahyba, ao norte com o Rio Grande e ao sul com Pernambuco.

A largura da provincia nessa altura, onde se limitam os municipios de Teixeira e Batalhão fica reduzida a vinte legoas ou a menos, de cerea de cincoenta que tem na altura do Monteiro; adquirindo-a depois na comarca de Piancó.

Da florescente villa da Princeza, nos limites com Pernambuco em linha recta á extrema com o Rio Grande do Norte ha uma distancia de perto de cincoenta legoas. Assim pois, do mesmo modo que a peninsula italiana tem a configuração de uma bota, a Parahyba a tem de um violão.

Os limites com a provincia de Pernambuco são naturaes, porque são traçados pela divisão das aguas dos rios Parahyba e Piranhas por seus tributarios nesta provincia, do Capibaribe e S. Francisco por seus tributarios Moxotó e Pajelú na de Pernambuco.

Com o Rio Grande do Norte porem os limites são todos convencionaes e incertos em toda sua extensa fronteira, principalmente na parte que diz respeito ás comarcas de Jardim e Caicó (Seridó) pertencentes outrora a esta provincia.

Ás 8 horas e meia o sol dardojando os seus raios sobre a rocha a esquentou de modo a não poder supportal-a, tendo os pés nús e estropiados.

Ordenei a volta.

De cima da immensa pyramide via em sua base o P.º Neco, pela distancia reduzida a metade de sua estatura. Fitando-me, mentalmente fazia votos para que sahisse são e salvo daquelle mau passo.

Com o dorso sobre a rocha, apoiando-me sobre as mãos e pés fiz a descida dos largos de pedra mais arriscados.

Outras vezes em pé com uma das mãos no hombro de Moreira fazia alguns passos mal firmes em razão de me achar com os pés doridos das escabrosidades da rocha.

Assim desci até a base do monte e remi-me ao P. Neco. Já era tempo; não poderia continuar naquella penoso trajecto, que durou meia hora.

Calcei-me e nos dirigimos através de imensos lagados, conformando penhascos e corredores de pedra, ao lugar onde deixámos nossos cavallos. Em poucos minutos alcançámos a casa de Eleutherio, que nos obrigou a descansar um pouco, até que as dez horas e meia nos foi servido um succulento almoço.

Viajavamos desde as 4 horas da madrugada e por isto devo-se bem comprehender quaes as exigencias dos nossos estomagos.

Creio que ainda não havia commido iguarias tão saborosas, taes como o peru, arroz, qualhada escorrida e mel de abelha, que nos serviu o nosso hospede; tudo creado e cultivado em seu sitio.

— Este arroz nos disse Eleutherio, é do anno atrazado. O anno passado nada lucrei e nem este anno ainda.

— E' uma prova de que é um pai de familia laborioso e prevenido; um cidadão exemplar dando-nos um excellente almoço, todo elle composto de iguarias, produzidas em seu sitio; disse-lhe eu.

Depois do almoço estabeleceu-se conversação geral sobre aquella singular casa, construida sobre um lagado da montanha.

— O sr Eleutherio é talvez o cidadão que occupa posição mais elevada na provincia.

— Porque? perguntou admirado o P. Neco.

— Porque esta sua casa acha-se pelo menos a mil metros acima do nivel do oceano.

— Ah!!! fez o P. Neco rindo-se. Sem duvida!! Neste caso o Pico tem mais 500 metros de altura.

— Assim tambem julgo.

— Sua casa é como um castello, continuei, e ainda pode alcançar celebridade na historia parahybana. Tudo annuncia que grandes movimentos sociais vão apparecer. Quem sabe se ainda terei de procurar-a para refugio!?

— Quando quizer me encontrará sempre as suas ordens; respondeu com toda franqueza o honrado serrano.

Era quasi meio dia quando nos despedimos do nosso hospede e de sua familia. Descemos a serra ao passo lento dos nossos cavallos e as duas horas chegámos á villa, onde alguns amigos já se mostravam cuidadosos da nossa demora.

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

Discurso proferido na sessão magna do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano no dia 27 de Janeiro deste anno, vigesimo selimo da sua installação, pelo Dr. Maximiano Lopes Machado, orador do mesmo Instituto.

(Continuação)

Senhores, o Instituto festeja hoje o seu vigesimo setimo anniversario quando a provincia se compraz pelos 235 annos da sua gloriosa redempção. Livre pela espada do dominio estrangeiro, exploremos com a penna os horizontes que nos transportam á juventude da patria. Creemos, como Walter Scott e Alexandre Dumas, o romance historico; não cedámos ao desejo de elevar o ideal da natureza humana, imitando a Chateaubriand, Stael e Victor Hugo no movimento poetico da restauração da França.

Nada nos falta, nem talento, nem gosto, nem brisa perfumada de flôres, nem ceo brilhante de luz.

Trabalhemos e saudemos a alvorada deste dia.

*

Permitti agora, senhores, que cumpra a disposição imperiosa de um artigo da nossa lei organica; que vos fale dos dois illustres consocios que desap-

pareceram da terra o anno passado para resurgirem no seio da Eternidade.

Não é a commemoração dos finados após a festa dos Santos da Egreja, não é o *requiem* que confrange o peito e géla a palavra nos labios.

Não vos convido agora a tomar o lucto pesado da morte, nem a derramar lagrimas á beira do tumulo que esconde os cadaveres daquelles dois distinctos cidadãos. Vou apenas referir-vos o que fizeram de mais proveitoso na manifestação do pensamento; recolher a herança que legaram á posteridade, os subsidios para novos commettimentos no dominio das sciencias e das letras.

Já védes que em vez de lagrimas ante o espectáculo desolador da morte, não teremos senão motivos de reconhecimento para os que trabalharam na grande obra do progresso e da civilização, deixando traços luminosos por onde outros terão de seguir á novas investigações scientificas.

A 29 de Março do anno passado falleceu em Olinda o desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel, socio effectivo deste Instituto, com 63 annos de idade.

Natural desta provincia, principiou aqui a sua carreira de magistrado, e aqui a terminou no superior tribunal da Relação.

De presença grave e modesta, não dessa gravidade postiga que muitos adoptam, mas da que nasce com o homem e com elle acaba, enriquecido pelos thesouros da moralidade e honradez, gosava da estima do geral dos seus concidadãos.

Fosse pela aridez dos estudos da profissão que cedo abraçou, ou pela debilidade incessantemente cortada pela leitura fastidiosa dos autos, o seu espirito ficou preso no estreito circulo dos praxistas, e a sua imaginação feneceu ao contacto da caudidica.

O desembargador Oliveira Maciel não publicou um só escripto que desse a conhecer os seus progressos nas sciencias e nas letras. Nunca deixou escapar de si a centelha brilhante de uma intelligencia superior que sabe na confusão dos factos e doutrinas descobrir a verdade.

Viveu honradamente, e por esse caminho chegou á elevada posição em que morreu, sem outra ambição mais que a paz da sua consciencia.

Foi presidente do Ceará, e vice-presidente desta provincia, mas diz a historia que a farda do governo não lhe ficava bem sobre a toga do magistrado.

Depois da sua morte, attribuiu-lhe o Relatorio da Junta Administrativa da S. Casa da Misericordia desta cidade, da qual fôra Provedor, grandes beneficios ás casas de caridade, e entre elles cita com reconhecimento a reconstrução da casa dos Expostos.

Infelizmente não é isso verdade, nem o nosso illustre consocio precisava dessa falsa ostentação para ser elevado á estima publica.

Foram duas as reedificações da casa dos Expostos, e ambas effectuadas pelo visconde do Livramento, nosso consocio, de saudosa memoria. A primeira em 1859 ou 60 a custa do seu bolsinho particular, e a segunda ainda por elle na sua vice-provedoria, e tal como ainda se acha.

O dever de manter a verdade dos factos que um dia terão a sua entrada nos paços magestosos da historia impõe a rectificação da peça official da Junta Administrativa da S. Casa.

O desembargador Oliveira Maciel dispensava esses sons confusos e perdidos, arrancados n'um momento de angustia do peito da Junta Administrativa.

Para dizer o que elle foi-modesto, grave e honrado, não era preciso realçal-o com o que não foi. Viveu satisfeito e em paz com a sua consciencia, dando exemplos de virtudes aos seus concidadãos.

O bacharel João Franklin da Silveira Tavora morreu no Rio de Janeiro a 12 de Agosto do anno passado com 46 annos de idade.

Apezar de grandes adversidades na sua vida, principalmente nos primeiros tempos, quando lhe faltou a protecção paterna e com ella os meios de subsistencia, pôde com tudo alevantar-se aos fervidos incentivos do seu espirito e chamar sobre si a attenção de alguns homens eminentes do paiz, que o atraíram ao serviço publico.

Nomeado director geral da instrucção publica, logar que exerceu com grande distincção, foi mais tarde chamado a occupar as funções de primeiro official da terceira directoria do ministerio do Imperio, no qual morreu, tendo sido distinguido com a carta de conselho pelos seus relevantes serviços.

Franklin Tavora possuia o sentimento do amor das cousas, do amor excitado pelo movimento intellectual, convergente a um mesmo e glorioso fim. Tinha em grán elevado a facultade descriptiva que enche de vida, de relevo e luz as menores combinações; o instincto da observação que não deixa escapar ao caracter um traço que o indique, ao coração um gemido que o denuncie, ao espirito um desabafo que o patenteie.

Possuia, enfim, a alta concepção da idéa, que alevanta todos os factos da historia, todas as particularidades da vida exterior, todos os variados phenomenos do nosso ser moral á esphera dos grandes pensamentos.

Publicou nos jornaes daqui e da corte lindas poesias, cada qual mais linda pela espontaneidade, pelos matizes e perfumes inebriantes.

Escreveu e publicou o *Caballero*, narrativa que a memoria popular archiva e envolve nas nuvens do maravilhoso; os *Indios do Jaguaribe*, o *Matuto*, o *Lourenço*, o *casamento no Arrebalde* e outros romances de tradição e costumes, vivamente expansivos de amor, e assentados na intima familiaridade do povo do norte, dando a sua phisionomia moral o cunho original, como o pintor a propriedade das cores ao desenhar as figuras, que destaca da tela, as figuras que os olhos seguem com a soffreguidão de uma curiosidade ansiosa.

Franklin Tavora, com o humilde orador que vos fala, conseguiu reunir um pequeno circulo de amigos, no qual expunham e discutiam noites determinadas e na melhor convivencia os traços de uma litteratura do norte, singela e popular, mas ayivada pelos mesmos sentimentos que acenderam a imaginação de Byron e dos poetas da França. Ahi appareceram os lineamentos de algumas das suas produções, que só muito tarde vieram a luz pela generosidade mereantil de um editor da corte, o que faltou a *Viagem ao Sertão*, a *Filha das duas mães* e ao *Regulo do Salgalo*, composições do mesmo genero do vosso desmerecido consocio.

Na critica, não nessa critica de selegção e *camarederie*, que vive de mensuras e sem consciencia d'exame, mas nessa outra que lê, reflecte e analisa sem prevenção as idéas e utilidade da concepção, tornou-se Franklin Tavora assás notavel. O seu bello livro sobre a *Iracema* de J. de Alencar, seu comprouviciario, vulto de gigante nas letras, mereceu grandes applausos do litterato portuguez José Feliciano de Castilho e palavras de louvor e animação do insigne historiador e fundador da nova escola litteraria portugueza—Alexandre Herculano—, de veneranda e immorredoura memoria. E quando, senhores, se obtém acolhimento de homens como estes, fadados por Deus para symbolos de uma geração, nada mais ha a dizer.

Franklin Tavora redigiu por muito tempo a *Revista Brasileira*, importante publicação da corte; foi orador do Ins-

tituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro e seu 1.º secretario.

O senador Touney, em uma oração cheia d'encantos e saudades, como elle sabe fazer, teceu-lhe a apothéose, em presença do imperador e da corte no jubileu daquelle Instituto.

Senhores, si foi limitado o numero dos que desappareceram no correr do anno que tambem desappareceu, grande foi o valor da perda pela elevação das qualidades moraes e intellectuaes dos nossos mallogrados consocios. Sejam as nossas palavras uma respeitosa reverencia á sua memoria.—

27 de Janeiro.

M. Lopes Machado.

Materiaes historicos e geographicos

Continuação do n.º 22.

Quinturará Cuité.

Governo de Antonio Velho Coelho.

Luiz Quaresma Dourado, Ajudante de Infantaria paga da guarnição desta Praça, que elle possuia por data de sesmaria no sertão do *Quinturará* em uma serra que fica ao norte do olho d'agua do *Cravaldé*, chamado pelo velho gentio *Tahema* (?), em umas lagoas em cima de dita serra, chamada pelo gentio *lagoa do Cuité do Coxo de Gereuda* guia da *Carahibeira* e lagoa-grande, possuia em as ditas lagoas duas legoas de terras quadradas, fazendo peão em o meio da dita serra em uma das ditas lagoas; e outro sim no riacho do olho d'agua grande, que corre do nascente ao poente, faz barra defronte dos picos abaixo do sitio do *Acury*, possuia por duas datas de sesmaria quatro legoas de terras de comprido e uma de largo, e nas illargas das cabeceiras dos providos do rio *Quinturará* no riacho do *Mulungu*, logar a que chamão *Pedra d'agua*, que fica do dito rio do *Quinturará* para parte do poente, possuia no dito sitio chamado *Pedra d'agua*, uma legoa de terra quadrada fazendo peão em o dito logar *Pedra d'agua*: as quaes ditas terras tinha povoado com seus gados vacum e cavallar; e como para mais largura das suas creações e plantas lhe será necessario mais terra da que se achar sufficiente nas suas testadas e que tudo havia descoberto com risco de vida e grandes despesas; em conclusão queria tres legoas de terras quadradas, uma quadrada em cada uma das testadas das ditas suas datas das ditas lagoas da serra *Tabarão* e riacho do olho d'agua-grande e *Pedra d'agua* para parte e no logar que lhe fosse mais conveniente e util. Fez-se a concessão na forma requerida aos 29 de Janeiro de 1719.

Serra de Cupuóba Curimatay.

D. Luiz de Sousa, capitão general do Brasil.

Francisco Nunes Marinho de Sá, capitão-mór da Parahyba.

Diz Rafael Carvalho, que foi um dos primeiros que com sua pessoa, creados e escravos e mais fabrica assistio de muito tempo na povoação da capitania da Parahyba, servindo em todas as occasiões de guerra, que nella houve; e porque tem muita fabrica para lavouras e grangeria, requeria nas faldas da serra de Cupuóba, na parte que chamão *Curimatay* uma legoa de terra em quadro, que começará demarcar do dito rio *Curimatay* em forma que fique um poço que faz o dito rio, chamado *Ibury-Uinga* no meio da dita legoa, e fará sua demarcação adiante pelo rumo que mais quizer, podendo na largura comprimento e no comprimento largura, e assim na mesma testada outra legoa de terra em quadro para seo cunhado Francisco Pardo.

Fez-se a concessão requerida, 2 legoas, uma para cada um aos 6 de Março de 1619, na villa de Olinda.

(Continúa)

A' PEDIDOS

AO SENR. DE ABIAHY.

O senr. de Abiahy mandou accusar-me pelo seu jornal de despeitado por ter sido impossivel realizar-se o pagamento do que deve a provincia em apolices a mim e a outros.

Deixou de dizer, porem o individuo a quem o senr. de Abiahy pagou o artigo, quanto vinha a ganhar S.Exc. no pagamento de que se trata.

Estou prompto a fazer o historico de todo esse negocio, si S. Exc. continuar a pensar que a analyse e critica de suas asneiras administrativas deve ser convertida em controversia pessoal.

Ficará assim provado quem é o despeitado por ter deixado de receber propinas com que contava.

Fico, pois, ás suas ordens.

Campina Grande, 31 de Maio de 1889.

F. Retumba.

Ao Exm. Presidente da Provincia.

Chamamos a attenção do Ex.º Presidente da provincia para o seguinte facto.

Alguns creadores deste districto e da comarca de Monteiro, flagellados pela secca, têm retirado suas vaccas paridas para lugares, onde existem pastagens, na visinlia provincia de Pernambuco.

A retirada é provisoria, com o fim somente de refrigerar essa especie de gado tão fraco, voltando depois para suas fazendas, como é publico e notorio.

Pois bem, um acto tão simples, tão acostumado, em epocas calamitosas, como esta, despertou a ganancia do procurador de imposto de passagem de gado, o qual tem exigido a paga de vaccas e bezeros.

E' uma violencia inqualificavel.

Se esses bezeros estão sujeitos ao imposto de dizimo, se essas vaccas magras tem de voltar para jos seus pastos nesta provincia, como sujeitar esse gado a um imposto que o legislador nunca teve em mente crear para elle ?

Assim, alem dos rigores da secca, soffremos o do fisco.

S. Ex.º o sr. presidente da provincia lance suas vistas para este estado de cousas.

Sant' Anna do Congo da Comarca de S. João do Cariry, 17 de Maio de 1889.

Muitos creadores.

Agradecimento

O abaixo assignado vem agradecer publicamente ao distincto medico, dr. Chateaubriand Bandeira de Mello o enidado e disvelo com que tratou de sua mãe, victima de uma metrorrhagia.

Não ten o por fim recommendar ao publico o talentoso facultativo; mas tão somente exprimir-lhe minha gratidão e a de minha mãe.

Campina Grande, 30 de Maio de 1889. Salvano de Figueiredo

Villa da Misericordia 31 de Março de 1889.

O abaixo assignado vem declarar por meio da imprensa que, desde 1883 até á presente data tem offerecido seus servigos politicos, na qualidade de leitor, ao sr. capitão José Cavalcante de Lacerda Zuzá; de hoje em diante, porem, está resolvido a reservar esses servigos para si e sua familia, certo, como está, de que, nas maiores necessidades, só vale ao individuo seu proprio merito ou o de pessoa de sua familia que lhe tenha inteira amisade.

Faq, pois, esta minha declaração,

afim de que não me possam chamar de ingrato em qualquer tempo.

Antonio Luiz do Nascimento.

GAZETILHA

Crise ministerial

Comunica-nos um amigo o seguinte telegramma: RIO 24 O conselheiro João Alfredo, presidente do conselho, convidou a maioria da camara para uma reunião. Ha crise ministerial.

Na reunião dos deputados convocada hoje pelo presidente do conselho, compareceram 58 governistas. O conselheiro João Alfredo declarou ser impossivel qualquer combinação ministerial depois d'elle e que era inevitavel a subida dos liberaes.

Muitos deputados conservam-se reservados. O conselheiro Andrade Figueira declarou repellir parte da falla do throno.

Chegaram do Rio Grande do Sul os deputados Soares, Diana e Tavares, opposicionistas.

O governo recusou apresentar uma moção de confiança annunciada para hoje. Durante toda a sessão da camara discutin-se os contractos Loyos.

Continúa a crise.

O deputado Pedro Beltrão reclamou contra o attentado praticado pela policia de Campina Grande, na Parahyba, contra o respectivo juiz de direito, dr. Austerliano de Crasto, e o deputado Elias Ramos reclamou contra a ausencia do dr. Pedro Correia, presidente da Parahyba, que conserva-se no Recife percebendo vencimentos.

A constituição actual da camara dos deputados é a seguinte:

Table with 2 columns: Category and Count. Governo 62, Opposição 59

Ha uma vaga na provincia das Alagoas, um deputado acha-se ausente na Europa e enloqueceu o dr. Guilherme Francisco da Cruz, deputado pelo 3.º districto do Pará.

ANARCHIA E PERSEGUIÇÃO — Já annunciámos que o integro juiz de direito da comarca, dr. Austerliano Correia de Crasto, pronunciara em crime de responsabilidade ao juiz municipal deste termo, dr. Alfredo Espinola e ao capitão do corpo de policia, Domingos Limeira Cariry, por terem ambos illudido uma ordem de habeas corpus, passada em favor de Manoel Felipe Santiago, vulgar Nêa (art. 186 do cod. crim.); e em virtude de dito despacho, cou o mesmo juiz suspenso e prestou fiança provisoria.

Julgavamos que o juiz pronunciado empregasse os meios legaos de defesa perante o tribunal competente, a Relação.

Assim não succedeu. Esperou que o dr. Austerliano deixasse o exercicio e, perante o 1.º supplente de juiz municipal, arranjou elle, auxiliado pelo vigario Salles, uma trama, somente propria desses tempos e da gente do dr. Trindade.

Com effeito, dito supplente, Probo da Silva Camara, proferiu nos autos um despacho revogando a pronuncia decretada, e ordenou que o juiz Espinola assumisse a vara de direito!

Executada semelhante trama judicial, foi chamado de Areia o capitão Cariry, que chegou ant'hontem a toda pressa para identica arrumação.

Sem duvida o juiz Espinola irá agora julgar o seu co-rêo

Em seguida a este acto de anarchia no foro desta cidade, foi praticado outro de mesquinha perseguição aos nossos distinctos amigos. João da Silva Pimentel e pharmaceutico Hedefonso de Azevedo, vereadores da camara municipal. Foram elles pronunciados no art. 129, combinado com o 24 do cod. crim, em um processo adrede preparado, e

que ha muitos mezes estava encerrado e escondido ate que se offercesse occasião assada como esta; isto é, que estivesse fora do exercicio da vara de direito o seu digno proprietario, dr. Austerliano.

O supposto facto criminoso, arguido neste processo, prende-se inteiramente ao do outro. Aqui são nossos amigos accusados de terem tentado tomar Nêa, que era conduzido preso para cadeia; ali são accusados o juiz Espinola e capitão Cariry de terem illudido uma ordem de habeas corpus, passada em favor do mesmo preso.

Pois bem; no processo de responsabilidade contra estas duas autoridades, allegou o juiz Espinola repetidas vezes que Nêa nunca estivera preso, e foi por este fundamento despronunciado; e no que foi instaurado contra os dignos vereadores fundou-se o juiz em que elles tentaram tomar Nêa, que se achava preso, e foram pronunciados.

Não se commenta semelhantes actos.

Com juizes como os Espinolias, os Probos os Talinhas e vigarios como o padre Salles a Campina vai bem encaminhada para o... abyssmo.

CÔRTE DO IMPERIO

Em data de 7 do corrente escreveu o nosso correspondente: No dia 30 de Abril foi votada sem a menor contestação a eleição do nosso distincto amigo, dr. Elias Ramos, e logo tomou parte nos trabalhos legislativos, como verdadeiro representante do 4.º districto dessa provincia.

Nenhuma contestação foi apresentada, sendo aprovadas todas as eleições do districto, incluindo a de Cabacciras e a liberal de Soledade, que a commissão e a camara consideraram feitas regularmente.

A de Soledade, feita por nossos adversarios nem ao menos mereceu as honras da discussão.

No dia 3 do corrente foi aberto o parlamento com uma falla do throno, verdadeira chapa; não cogitando uma só ideia liberal ou de reformas, de que precisa o paiz, limita-se a pedir bispados, relações, universidades, e mais uma secretaria de estado.

Parece exacto que se o ministerio João Alfredo dissolver a camara, os liberaes em sua maior parte se declararão republicanos.

CHEGADA

Acha-se entre nós o dr. Manoel Cavalcante Ferreira Mello, que vem fixar provisoriamente sua residencia nesta cidade. S. S.ª e a juiz municipal do Teixeira, cujo quadriennio acaba de terminar. Agradecemos e retribuimos sua honrosa visita.

BOATOS

Charissimos leitores. Esta semana foi fertil em acontecimentos. Tratarei delles por partes.

O vigario Salles, muito contente com a noticia que dei do seu milagre, declarou ao Christiano que ia fazer outro ainda maior.

— Quê avê? senhori vigari! — Vou fazer chuva; respondeu elle propheticamente.

— Chuve, come? perguntou o Christiano espantado.

— Chuva! muita chuva! Prego ao povo nos tres dias anteriores á lua nova do fim deste mez, quando é esperada, segundo a folhinha de Ayer, e logo que appareça, direi que Deus fez um milagre por intermedio do seu pastor.

— Axin é mais segure; respondeu o Christiano.

E o nosso santo vigario esforçou-se em pregar e... nada de chuva.

Dizem que o vigario ficou tão desapontado que ia excomungar as nuvens.

— Se elle fizer isto, abí, sim! teremos chuvas; disseram logo diversas pessoas.

Em quanto o vigario Salles preparava o seu milagre manqué, diversos homens do povo, comandados por um d'elles, de nome Cobó, preparavam um outro, verdadeira surpresa para toda cidade.

de madeira, intentaram ir buscá-la no ermo, onde estava para ser collocada no seu antigo lugar.

Eis o caso: Era uma noite escura, ás 11 horas; uns cincoenta vultos humanos subiam por grupos o caminho que vai dar ao alto, onde é o cemiterio novo. Chegadas a um certo lugar foram parando e reunindo-se.

— Martini! — Melquires! Chamou pausadamente uma voz no silencio da noite e do ermo.

— Promptes, Cobó; responderam os dois. — Estão todos reunidos? vamos! E dirigiram-se para o lugar, onde via-se erguido o santo madeiro.

— Mãos á obra! exclamou Cobó! E todos empregaram-se no trabalho de arrancar a cruz.

— Ih! maribondo caboco, como o diabo! gritou um.

— Será o demo que nos vem tentar! ? — Uma jararaca! exclamou outro.

— Parece que é castigo do ceo! — Não, não. Nós estamos servindo a Deus.

— E' o cão tinhoso, que se vira em jararaca e maribondo para nos tentar. Não esmoreçam!

Arrancada a cruz, carregaram-na nos hombros e vieram depositá-la em frente á igreja do Rosario.

No dia seguinte toda cidade ficou estupefacta com semelhante acontecimento.

— A remoção do cruzeiro trará chuvas? perguntava um.

— Eu acredito mais nella do que no milagre do vigario, disse outro.

— Qual a duvida! declamou Cobó. E dois partidos se formaram logo, um pelo vigario e outro por Cobó, os dois heroês que mais occuparam a attenção publico na semana.

A questão está neste pé

ANNUNCIOS

Advogado.

O dr. Manoel Cavalcante Ferreira Mello, ex-juiz municipal do Teixeira, residindo nesta cidade, advoga no foro desta comarca e em qualquer parte do alto sertão.

BOLETIM COMMERCIAL

Feira de Itabayama em 28 de Maio de 1889.

Table with 2 columns: Item and Price. Bois recolhidos aos curraes 700, Vendidos 149, Regulando o kilo da carne 160 a 200 rs. Destino, Pernambuco 29, (diversos) 120, Sobras 298, Seguiram para S. Antão 253, Total 700

Mercado pessimo. Feira de Campina, hoje, 31 de Maio de 1889.

Table with 2 columns: Item and Price. Houve 1610 bois, Pela estrada do Siridó . . . 750, « « das Espinharas. 860, Mercado de Campina em 25 de Maio de 1889, Milho 1\$400, Feijão 3\$200, Farinha 1\$500, Carne seca . . . kil. \$600, Rapadura, cento 10\$000